A IMPORTÂNCIA DO CIRCUITO INFERIOR NA (AUTO) PRODUÇÃO DA CASA PRÓPRIA EM LONDRINA/PR/BR: ESTUDO DE DUAS OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES

Valéria Barreiro Postali – aluna do curso de doutorado em Geografia – Universidade Estadual de Maringá/PR
valeria_postali@yahoo.com.br

César Miranda Mendes – orientador
Universidade Estadual de Maringá/PR
cmmendes@wnet.com.br

Eixo Temático:
Dinâmica urbana, redes e transportes

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar o percurso realizado pelo trabalhador urbano em relação à construção da casa própria. As análises em questão concentram-se na teoria do circuito inferior formulada por Santos (1978) – inseridas neste, a questão da informalidade do trabalho e da baixa remuneração –, no processo de regularização fundiária realizado pelo Poder Público e na autoconstrução, condições estas dominantes em relação à questão habitacional brasileira.
Para atingir-se os objetivos desta pesquisa, foram realizados levantamentos bibliográficos, leituras e fichamentos de obras referentes às temáticas e posteriormente trabalhos de campo nos locais pesquisados (bairros São Jorge e San Rafael em Londrina/PR) e nas instituições e órgãos governamentais.
Acredita-se que esta pesquisa constitua-se relevante para a ciência geográfica em razão da amplitude da problemática habitacional brasileira, particularmente da cidade de Londrina/PR. Nesse sentido é que ganha espaço a discussão relacionada à teoria do circuito inferior, haja visto que no período atual este circuito tem constantemente revelado seu papel fundamental de provedor de trabalhos à população mais carente da cidade diante da crescente limitação do Estado em prover empregos e satisfazer as necessidades mínimas de parcela considerável da população brasileira, como, por exemplo, a moradia.

INTRODUÇÃO

O objetivo da realização desta pesquisa concentrou-se em desenvolver um estudo centrado no processo de agravamento habitacional brasileiro, mais especificamente na cidade de Londrina, haja vista que a cidade de Londrina possui cerca de 10% da população vivendo sob condições subumanas. Este trabalho encontra-se apoiado nas análises referentes ao circuito inferior da economia urbana, na autoconstrução habitacional e nos altos índices de desemprego e subemprego, condições estas imperantes na questão habitacional brasileira.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados consistiram, resumidamente, em leituras referentes às temáticas abordadas, como política habitacional brasileira, financiamentos habitacionais específicos às famílias de baixa renda, autoconstrução, exclusão social e circuito inferior da economia urbana, tendo em vista que este último vincula-se à questão do trabalho nos países subdesenvolvidos. Após o levantamento teórico das temáticas acima, foram realizadas pesquisas nas duas localidades analisadas e, posteriormente, foram analisados os dados obtidos. Em relação às pesquisas em campo, convém ressaltar que foram aplicados questionários qualitativos junto aos moradores dos bairros estudados com base no número total de pessoas e famílias em cada um.

1. A CRISE HABITACIONAL BRASILEIRA: REPERCUSSÕES DIRETAS E INDIRETAS EM LONDRINA/PR/BR

A questão habitacional Brasil tem sua gênese no próprio processo de colonização, predominantemente exploratória e que desde o início possuiu como princípio básico a busca incessante pelo lucro, pois a implantação da racionalidade econômica no país se fez sob os moldes da produção capitalista (VILLAÇA, 1986). Deste modo, não só no Brasil, como nos demais países regidos pelo sistema capitalista, a terra – especialmente a urbana – e as edificações sobre ela, integram o quadro daquilo que o capital denomina de “mercadoria”, onde, consequentemente, o acesso a tais só pode ser realizado “[...] mediante a compra de um direito de propriedade ou mediante o pagamento de um aluguel periódico” (SINGER, 1979, p. 23).

Sendo assim, o atual dilema habitacional brasileiro perpassa sobre a questão da propriedade privada, que para Lefebvre (1972, p. 152-153) constitui-se num entrave por excelência aos movimentos e desenvolvimento da sociedade urbana. Sobre isso, Singer (1979) lembra que o acesso à propriedade privada do solo urbano obriga à necessidade de uma renda monetária como requisito indispensável a essa ocupação, contudo, o autor menciona que o funcionamento econômico capitalista não assegura um mínimo de renda a todos, obrigando grande parcela da população a habitar em áreas públicas ou privadas. Portanto, a produção da habitação passa a depender de um capital que na realidade inexiste ao trabalhador, dada a situação exploratória – baixos salários e alto custo de vida urbana – que a economia capitalista o submete (RODRIGUES, 2001).

Bastos (2001) considera que o problema habitacional deveria ser tratado a partir de ações transformadoras da ordem social que as originou; entende-se consequentemente, que o Estado deveria atuar de maneira eficaz na promoção de moradias populares, entretanto, Rodrigues (2001, p. 33), aponta que ao comparar-se a atuação do Estado nos programas habitacionais com a produção individual de autoconstrução, percebe-se a dimensão da incapacidade dos financiamentos.

Talvez o exemplo mais marcante da ineficácia da questão habitacional brasileira tenha sido o BNH – Banco Nacional de Habitação – criado em 1964, na qual adotou a habitação como eixo da política urbana. Rodrigues (2001) lembra que a princípio, a política habitacional adotada neste período foi eficiente no sentido de fornecer um grande número de moradias à classe trabalhadora, embora estas fossem de péssima qualidade e situadas na periferia. Contudo, o BNH jamais foi coerente no sentido de organizar e elevar a produtividade da construção civil, além de ter desempenhado funções alheias aos seus objetivos manifestos. Deste modo, o sistema habitacional dava sinais de debilidade mediante a inadimplência do mutuário perante o reajuste das prestações. Em muitos casos, este retornava à favela (BASTOS, 2001) já que os programas habitacionais deixavam de atender àqueles com baixos rendimentos.

Nos anos de 1980, em função da profunda crise econômica nacional, o BNH deixou manifestar suas inúmeras fragilidades; as taxas de desemprego elevaram-se em razão do quadro econômico reduzindo e, consequentemente, os recursos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – e da poupança destinadas à produção habitacional (BASTOS, 2001). A fim de contornar a situação, o governo criou uma série de programas habitacionais de eficácia questionável.

Com a transferência das atividades do BNH para a CEF – Caixa Econômica Federal –, a situação agravou-se ainda mais, pois a renda mínima passou de três para cinco salários mínimos. A partir deste momento, o número de conjuntos habitacionais e, consequentemente de unidades residenciais decaiu acentuadamente em todo país, inclusive na cidade de Londrina. Com isso, o ato de ocupar áreas públicas ou privadas para o exercício do direito de morar tornou-se uma das únicas possibilidades para a população que enfrenta o desemprego ou a falta de recursos financeiros e a ineficácia do sistema habitacional brasileiro.

Esta situação foi ainda agravada por um movimento de desassalariamento e de regressão do mercado de trabalho com a queda acentuada do emprego formal e

aumento do desemprego e de ocupações por conta própria e sem remuneração nas décadas de 1980 e 1990.

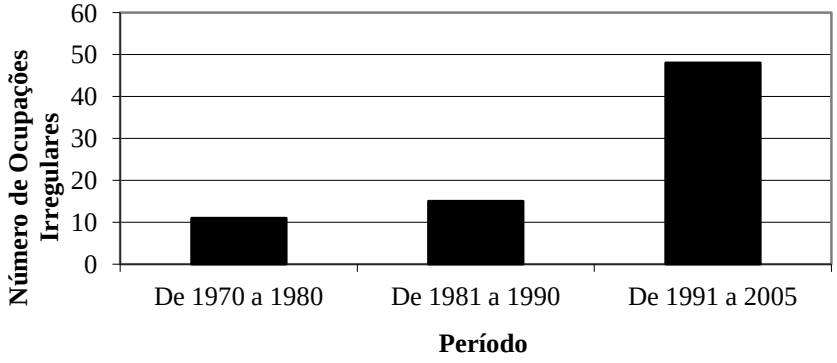
Esta crise manifestou-se visivelmente na cidade de Londrina, pois embora as primeiras ocupações irregulares na cidade datem do início da década de 1950, foi no final dos anos de 1980 que o problema habitacional agravou-se de modo opressor, pois a partir deste momento, a construção de conjuntos habitacionais pelo Poder Público Municipal apresentou acentuada redução em razão das dívidas da Cohab-Ld – Companhia de Habitação de Londrina – para com a CEF, aspecto este que provocou a suspensão dos financiamentos concedidos ao sistema habitacional local.

Contudo, a classe trabalhadora, bem como as famílias que migravam das áreas rurais para a cidade de Londrina, continuaram a demandar moradias, e ao não dispor de possibilidades legais, viram-se obrigadas a ocupar áreas irregulares como meio de garantir sua sobrevivência. Deste modo, o número de ocupações irregulares expandiu em média 200% entre o período de 1990 a 2005.

O exposto pode ser visualizado no gráfico a seguir.

A partir da exposição do gráfico 01 é possível considerar que entre o período de 1970 a 1980 foram criadas na cidade de Londrina 11 ocupações irregulares; entre o período de 1981 a 1990 mais 15 ocupações foram criadas, contudo o período compreendido entre 1991 a 2005 caracterizou-se como o período do grande agravamento da crise habitacional, pois apoiado-se no ano de criação das ocupações irregulares, é possível analisar que até o ano de 1990 existiam cerca de 30 ocupações na cidade, entretanto a partir de 1991 até o ano de 2005 cerca de 50 ocupações irregulares foram criadas na cidade de Londrina.

Gráfico 01: Ocupações irregulares na cidade de Londrina entre 1970 a 2005



Fonte: Cohab-Ld, 2008
Elaborado pelos autores

Até meados do ano de 2008, das 70 ocupações irregulares da cidade de Londrina, cerca de 30 já estavam regularizadas pela Cohab-Ld, entretanto, à exceção da instalação de algumas benfeitorias, o Poder Público Municipal em nada contribuiu para a melhoria das condições de habitabilidade das moradias e da qualidade de vida dos moradores destas localidades.

Contudo, a expansão do número de ocupações irregulares no cenário urbano londrinense perpassa as análises habitacionais, remetendo-se às questões vinculadas às condições trabalhistas dos moradores de tais ocupações irregulares, pois a crise nacional dos anos de 1980 desencadeou forte aumento das taxas de desemprego na cidade de Londrina.

Segundo Silva (2007), no ano de 2007 do total de trabalhadores que entravam em contato com o SINE Londrina (Sistema Nacional de Empregos) 94% encontravam-se desempregados. Segundo o autor, pode-se considerar que o grande volume de desempregados na cidade de Londrina corresponde à extrema concorrência entre as escassas vagas existentes no mercado de trabalho. Incluem-se entre os desempregados, os chamados "trabalhadores invisíveis", que diz respeito àqueles que fazem "bico", contudo não deixam de procurar por trabalho mesmo em situações desfavoráveis.

O tempo de espera apresenta-se como outro obstáculo enfrentado pelos trabalhadores que recorrem ao SINE de Londrina. Soma-se a este aspecto, as desigualdades no acesso aos postos de trabalho, haja vista que estas são ainda fortemente arraigadas, ainda mais com a intensificação dos critérios de seletividade patronal nas contratações mediante o avanço do excedente estrutural de mão-de-obra (POCHMANN, 2001).

Esta desestruturação do trabalho, bem como das relações trabalhistas, encontra-se diretamente atrelada ao processo de agravamento da pobreza que vem ocorrendo no país desde a década de 1980. A redução do ritmo de crescimento da renda em relação às décadas de 1960 e 1970 e a queda de rendimento durante os anos de 1980 e 1990 afetaram especialmente a população mais pobre das cidades brasileiras.

O mercado de trabalho brasileiro vem, portanto, passando por grandes transformações no período atual, marcadas, sobretudo pela natureza crescentemente precária das ocupações disponíveis, pela dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e pelo aumento da pobreza. Santos (1978) coloca que a combinação de fatores como a emergência de novas formas técnicas e organizacionais extremamente

poupadoras de mão-de-obra no seio do circuito superior com os atuais tipos de contratação e com as novas políticas trabalhistas tem trazido, como consequência, uma maior precarização das relações de emprego e o aumento do desemprego ao longo dos últimos quinze anos.

Mediante estas condições na qual o trabalhador urbano encontra-se submetido, denota-se a relevância do circuito inferior da economia urbana para parcela considerável dos trabalhadores em Londrina, pois o baixo grau de escolaridade dos inscritos no SINE de Londrina (SILVA, 2007) e a emergência por um trabalho tendem a dirigir os trabalhadores às ocupações vinculadas a este circuito, constituindo a informalidade trabalhista, jornadas de trabalho mais extensas, baixa remuneração e produtividade, alta rotatividade e instabilidade do trabalho as principais características das atividades relacionadas ao circuito inferior da economia (MONTENEGRO, 2006).

Portanto, independente da má remuneração e das longas jornadas de trabalho, as ocupações fornecidas por este circuito constituem-se no principal – e praticamente no único – meio de sobrevivência do trabalhador urbano e de sua família, pois são exatamente elas que fornecem o mínimo de renda para a manutenção destes na cidade.

2. A IMPORTÂNCIA DO CIRCUITO INFERIOR NA (AUTO) PRODUÇÃO DA CASA PRÓPRIA: OS CASOS DO JARDIM SÃO JORGE E SAN RAFAEL – LONDRINA/PR/BR

Para realização desta pesquisa foram escolhidas duas ocupações irregulares na cidade de Londrina procurando priorizar algumas características distintas entre elas para maior enriquecimento do trabalho. Constituíram-se locais de estudo desta pesquisa, o Jardim São Jorge, localizado na porção norte de Londrina, cuja área pertencia ao Poder Público local e que foi ocupada em 1995 e o Jardim San Rafael, área de fundo de vale localizada na porção leste da cidade e que foi ocupada pelas famílias no ano de 1998.

Segundo dados obtidos nas pesquisas realizadas nos jardins São Jorge e San Rafael, das 120 famílias entrevistadas, 97 não obtiveram nenhum tipo de ajuda no processo de construção da casa própria, seja através de mão-de-obra, doação de material de construção ou financeira. Das 17 famílias restantes, 12 receberam o auxílio de uma ONG; das outras dez famílias, três destas receberam doação de material de construção dos proprietários das obras onde trabalhavam, enquanto duas destas

famílias contaram com o auxílio da mão-de-obra de parentes e amigos do próprio bairro para a construção da casa; outras cinco famílias adquiriram a casa após a construção da mesma e uma família paga aluguel.

É possível afirmar que os atuais programas governamentais em prol da moradia em nada contribuíram para amenizar a crise habitacional londrinense, que segundo Elorza (2008) gira em torno de cinco mil unidades na cidade de Londrina.

Contudo, segundo Elorza (2008) supracitado, esse número baseia-se no total de inscritos nos programas habitacionais municipais. A partir desta afirmativa, entende-se que a população que vive nas ocupações irregulares da cidade de Londrina está excluída do déficit habitacional calculado pela Cohab-Ld, haja vista que pelo fato de parcela significativa desta população não possuir condições de aprovação de cadastro para financiamento da casa própria, e pelo fato de estar assentadas realizando o processo de autoconstrução da casa própria, estas famílias não recorrem aos programas habitacionais municipais, consequentemente, pode-se interpretar que o déficit habitacional londrinense constitui-se mais elevado do que afirmam os dados oficiais.

Algumas famílias mencionaram que quando procuraram ter acesso a alguns dos poucos programas habitacionais, foram impedidas em razão de sua informalidade empregatícia – impossibilidade de comprovar renda mensal – baixa renda mensal da família ou pelo nome da mesma estar registrado no SPC ou Serasa, haja vista que estes critérios constituem-se fundamentais para a aprovação do cadastro pela CEF. Portanto, entende-se que para se ter acesso a um lugar na cidade, parcela considerável da população encontrou no ato de ocupar terrenos públicos ou privados, a única solução para transpor essa dificuldade. A maior parte das ocupações ocorre em áreas públicas desocupadas levando em consideração a menor probabilidade de uma possível reintegração de posse, bem como a possibilidade de um futuro processo de regularização fundiária pela Cohab-Ld.

Após a ocupação do local pelas famílias inicia-se um extenso e cansativo processo de produção da casa própria. Como verificado nos locais de pesquisa, esse processo ocorreu frequentemente nos finais de semana, feriados e durante a noite, pois esses são os únicos momentos em que o trabalhador encontrar-se-ia disponível, ou seja, o descanso e o tempo com a família são eliminados da vida daqueles que necessitam autoconstruir sua moradia.

Consequentemente, o tempo necessário para concluir a construção da moradia torna-se demasiadamente extenso, pois o trabalhador divide-se entre sua ocupação remunerada – único meio capaz de garantir a continuidade da construção – e a produção de sua casa própria. Durante as pesquisas muitas famílias salientaram que o término da construção da moradia ainda demorará tempo considerável, pois muitas casas encontram-se ainda sem reboco, pintura, muro e demais acabamentos.

Com relação à sequência da construção da casa própria, é possível afirmar que esta constitui-se num processo bastante complexo e lento.

> Muitas pessoas, cansadas de esperar até 15 anos na fila da casa própria, resolvem o problema de moradia de forma simples: constroem aos poucos [...]. **A população com renda de até três salários mínimos já chegou a ser responsável por cerca de 60% das vendas de cimento em Londrina**, segundo dados da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção de Londrina (ACOMAC). De acordo com José Norberto Ferrareto, um dos diretores da ACOMAC, até 2006 era comum as lojas fazerem vendas de até R$ 1 mil em parcelamento. “O pessoal comprava um pouco e pagava. Quando terminava de pagar, vinha e comprava mais um pouco”, explicou (ELORZA, 2008, p. 6, grifo nosso).

Sobre esta afirmação, cabe aqui ressaltar que foi exatamente deste modo que as famílias das duas localidades pesquisadas conseguiram ter acesso ao material de construção da casa própria, ou seja, das 120 famílias pesquisadas nenhuma recorreu ao financiamento do material de construção, pois, segundo as mesmas, este procedimento encarece ainda mais a produção da casa própria.

Como analisado, à medida que as famílias recebiam certa quantia em dinheiro quitava-se a dívida ou comprava-se à vista o material da construção da casa própria. Foram nos depósitos de construção do próprio bairro ou nas adjacências do mesmo que os moradores adquiriram o material de construção, pois, assim conseguem comprar e pagar posteriormente, prevalecendo um tipo de negociação bastante rudimentar do ponto de vista do estágio capitalista em que a sociedade brasileira se encontra: o “vender e comprar fiado”.

Levando-se em consideração as análises supramencionadas, entende-se que do ponto de vista do mercado da construção civil o gasto médio na produção de uma casa popular de 50 m^2 gira em torno de R$ 45.000,00 segundo o cálculo realizado com base no Custo Unitário Básico – CUB –, que constitui-se numa estimativa parcial para o valor do m² de construção estipulado pelo Sinduscon. Entretanto, nas pesquisas realizadas em campo constatou-se que o valor final da produção da casa própria dos moradores dos jardins São Jorge e San Rafael ficou muito abaixo da média calculada pelo CUB.

Este fato vincula-se à utilização de material de construção de qualidade inferior, à falta de acabamento no interior e exterior da moradia, à reutilização de materiais de outras construções, bem como ao processo de autoconstrução que tende a dispensar a contratação de mão-de-obra na construção da casa própria.

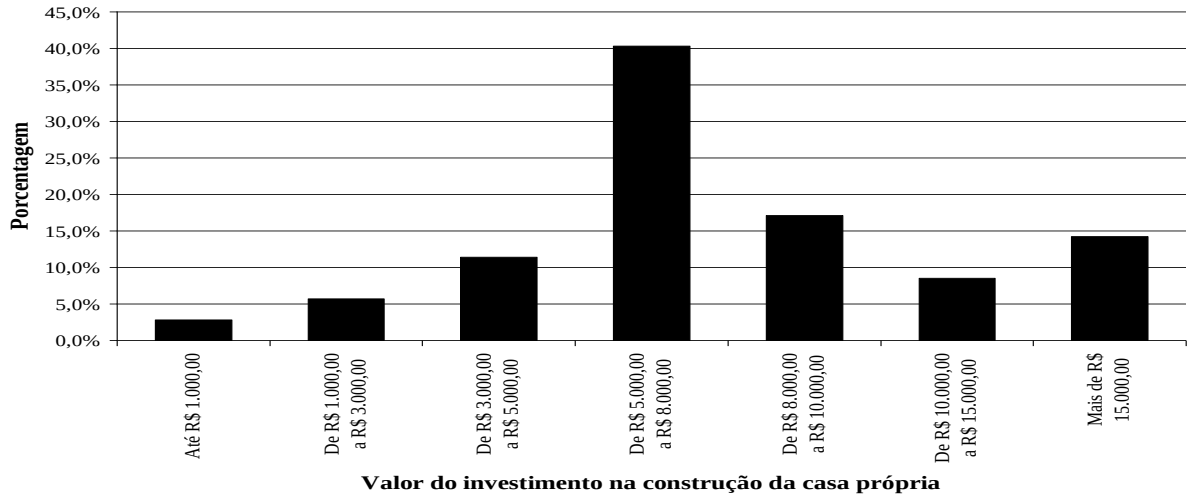
Em relação ao valor despendido na construção da casa própria nos jardins São Jorge e San Rafael encontra-se na sequência o gráfico 02.

A partir da exposição do gráfico, é possível afirmar que o valor do investimento na construção da casa própria encontra-se bem abaixo do cálculo realizado pelo mercado da construção civil, ou seja, nem mesmo as famílias que despenderam mais recursos financeiros para a construção da moradia própria chegaram a atingir a média do valor de mercado da produção da casa, pois como observou-se nas pesquisas em campo, o maior valor relatado correspondeu a R$ 20.000,00.

A partir dessa condição, é possível entender que em muitos casos nem mesmo a renda familiar adquirida através do circuito inferior da economia urbana constitui-se capaz de proporcionar condições da própria família produzir uma moradia digna.

Teoricamente o valor empregado na construção da casa própria é relativamente baixo, contudo, as famílias entrevistadas consideram esse valor muito elevado, haja vista que as mesmas são mal remuneradas e possuem outros gastos, como água, luz, alimentação, transporte, remédios entre outros.

Gráfico 02: Valor do investimento na construção da casa própria nos jardins São Jorge e San Rafael



Fonte: Postali, 2008

Embora a maior parcela das famílias dos jardins São Jorge e San Rafael tenham praticamente encerrado o processo de construção da casa própria, muitas destas ainda não terminaram o acabamento e revestimento da mesma sendo necessário aplicar ainda valor considerável do orçamento no processo final da produção da casa própria. As reformas e ampliações das casas constituem um quadro comum observado no Jardim São Jorge, situação esta que exige um maior sacrifício no orçamento familiar.

As razões que conduziram as famílias dos jardins São Jorge e San Rafael a participarem da ocupação do local encontram-se exclusivamente vinculadas à situação socioeconômica enfrentada pelas mesmas. Unanimemente foi observado que a falta de recursos financeiros para o pagamento do aluguel ou das prestações da casa própria resultantes, na maioria dos casos, do desemprego de forma inesperada constituem-se nos fatores determinantes que motivaram as famílias a deixar o medo e a vergonha do ato de ocupação e realizar a necessidade do morar na cidade de Londrina. Entre os poucos a considerar que fizeram opção por morar nestas localidades estão alguns dos comerciantes.

Convém elucidar que o processo de agravamento da pobreza na cidade de Londrina encontra-se diretamente – embora não exclusivamente – relacionado ao aumento do número de ocupações irregulares na mesma, resultando da ineficiência dos programas habitacionais em âmbito nacional, estadual e municipal, bem como da falta de uma orientação econômica que priorize a estabilidade monetária tendo em vista a geração de empregos.

As cidades que apresentam maiores índices de urbanização, bem como o socorro prestado por parentes que vivem em outras cidades, tornam-se, consequentemente, uma das únicas alternativas para as famílias que enfrentam o desemprego ou que apesar de empregadas não encontram meios de sobrevivência. As duas ocupações irregulares constituem-se situações exemplares desses processos, haja vista que ambas abrigam famílias advindas de diferentes cidades brasileiras. Contudo, a maior parcela destas famílias advém de bairros localizados na cidade de Londrina, aspecto este que evidencia o alto índice de desemprego e subemprego na cidade, bem como sua crise habitacional.

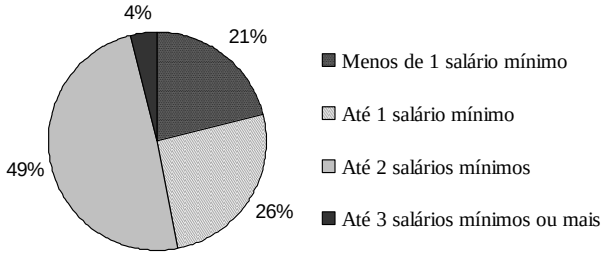
Apesar de apresentar índices relativamente elevados de desemprego, Londrina ainda gera muita expectativa nas famílias de outras cidades do Estado do Paraná. Com base nas entrevistas em ambas as localidades, acredita-se que essa atratividade seja decorrente do grau de urbanização da mesma ou ainda por seu passado de

prosperidade. Característica constatada foi que a cidade de Londrina ainda constitui-se numa das poucas alternativas da população que busca casa e trabalho.

Embora parcela significativa das famílias que migraram de outras cidades para Londrina tenha partido em busca de melhores condições de trabalho, a pesquisa apontou que o quadro vivenciado atualmente pelas mesmas não condiz com suas expectativas do passado. Para melhor interpretar esta situação encontra-se o gráfico 03.

A análise do gráfico permite considerar que 96% das famílias que residem em ambas as ocupações irregulares sobrevivem com pouco mais de um salário mínimo mensal, ou seja, cerca de R$ 800,00 em média. Quase metade das famílias entrevistadas recebe até dois salários mínimos mensais, valor este que corresponde a 59 famílias. O número de famílias que auferem até um salário mínimo mensal corresponde a 31, entretanto, aspecto que despertou a atenção, diz respeito à porcentagem de famílias que auferem renda mensal inferior a um salário mínimo, que é de 21%. Como observado, dezenas destas famílias são compostas de quatro a seis membros, fato este que agrava consideravelmente a situação.

Gráfico 03: Renda mensal das famílias dos jardins São Jorge e San Rafael



* Gráfico elaborado com base no salário mínimo nacional de R$ 465,00

Fonte: Postali, 2008

A análise da renda mensal das famílias dos jardins São Jorge e San Rafael permite entender que em virtude da precariedade das condições econômicas, as mesmas estão inviabilizadas de habitarem nas formas convencionais de moradia na cidade, sendo obrigadas e destinarem-se às ocupações irregulares.

Com base na tabela 01 a seguir que aponta a ocupação dos entrevistados, pode-se considerar que as profissões comumente encontradas entre os moradores de ambas as ocupações pesquisadas encontram-se no circuito inferior da economia urbana.

Tabela 01: Ocupação atual das pessoas entrevistadas nos jardins São Jorge e San Rafael

Ocupação Atual dos Entrevistados	Número de Pessoas
Aposentado	**03**
Babá	**01**
Balconista	**01**
Borracheiro	**01**
Cabeleireira	**01**
Camelô	**02**
Catador de papel	**04**
Costureira	**01**
Cozinheira	**01**
Desempregado	**16**
Diarista	**08**
Do lar	**34**
Empregada doméstica	**09**
Lixeiro	**02**
Mecânico	**01**
Motorista	**01**
Pedreiro	**21**
Pensionista	**02**
Pintor	**01**
Proprietário de bar	**02**
Proprietário de loja de material de construção	**01**
Reciclador	**02**
Servente de pedreiro	**03**
Vigilante noturno	**02**
TOTAL	**120**

Fonte: Postali, 2008

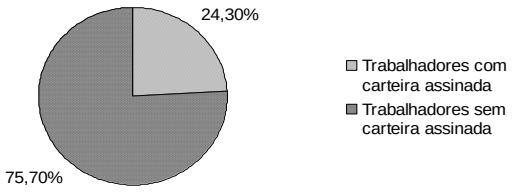
Embora cada unidade de comércio ou de serviços do circuito inferior possa oferecer apenas um pequeno número de empregos, sua quantidade possui um efeito compensador sobre o mercado de trabalho.

Com relação aos dados obtidos, convém ressaltar que existem famílias com mais de um membro empregado, enquanto em outras, nenhum dos membros encontram-se empregado na ocasião da pesquisa.

Os dados expostos no gráfico 03 comprovam que o baixo índice de brasileiros de baixa renda dependente dos trabalhos informais é notoriamente elevado.

A respeito do desemprego, aspecto este que impera de forma acentuada nas ocupações irregulares pesquisadas, convém elucidar que é expressivo o número de pais de família desempregados, por outro lado, o número de mulheres que trabalham na informalidade, principalmente como empregadas domésticas e diaristas, foi consideravelmente elevado.

Gráfico 04: Índice de trabalhadores inseridos na economia formal e informal entre os jardins São Jorge e San Rafael



Fonte: Postali, 2008

Dentre as 120 famílias entrevistadas, 16 destas estão enfrentando o problema do desemprego, haja vista que nenhum membros dessas encontra-se empregado. Segundo relatos, as mesmas conseguem sobreviver através de doações de cestas básicas fornecidas pelas igrejas do bairro ou pelo CRAS – Centro de Referência da Assistência Social. O número de famílias dependentes do Bolsa Família do Governo Federal é muito expressivo, durante as pesquisas ficou constatado que algumas destas estão sobrevivendo somente com o auxílio deste recurso financeiro.

Com relação ao comércio encontrado nestas localidades, estes se constituem em pequenos estabelecimentos que oferecem serviços mais simples, como borracharia, costura nas próprias residências, cabeleireiro, bar, lanchonete, mercado, oficina de veículos, entre outros, atividades estas que não demandam o emprego de quantias expressivas de capital, apóiam-se no capital reduzido e no trabalho intensivo e familiar.

Independente de ser empregador ou empregado, o circuito inferior da economia urbana constituiu-se no universo que as famílias dos jardins São Jorge e San Rafael encontraram para obter algum tipo de renda, ainda que mínima, para realizar a necessidade da casa própria; e é nesse mesmo circuito que estas encontraram os meios de garantir condições para sua reprodução social.

É possível considerar ainda que o aumento do desemprego e da precarização das relações de trabalho contribuíram significativamente para a afirmação do papel do circuito inferior da economia urbana enquanto abrigo para os trabalhadores de ambas as ocupações. Portanto, embora este circuito encontre-se em posição de subordinação face ao circuito superior da economia, é justamente ele que oferece as mais distintas ocupações de trabalho e, consequentemente, uma das únicas possibilidades de sobrevivência destas famílias na cidade de Londrina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade de Londrina, a proliferação das ocupações irregulares intensificou-se acentuadamente a partir dos anos de 1990 em detrimento da redução da oferta de moradias via conjuntos habitacionais para as famílias de baixo poder aquisitivo. Entretanto, entende-se que o processo de ocupação irregular na cidade de Londrina encontra-se estreitamente vinculado às dinâmicas gerais que perpassam o mundo do trabalho brasileiro, em outras palavras, o aumento do desemprego e a precarização das relações trabalhistas, características marcantes dos anos de 1990 contribuíram, com efeito, para a crise habitacional londrinense na qual concomitante à cidade legal tem-se o crescimento diário de uma cidade considerada ilegal – do ponto de vista da legislação urbana.

Esta situação não foi exclusiva à Londrina, pois segundo Maricato (1987) a ilegalidade da ocupação urbana atingiu níveis tão altos nas cidades brasileiras que em muitos casos superou os índices de ocupações regulares. Segundo a Cohab-Ld, no ano de 2007 cerca de 10% da população londrinense vivia em ocupações irregulares. Em razão da continuidade deste processo, entende-se que esse índice esteja atualmente ainda mais alto.

Este número reflete que na cidade o trabalhador enfrenta restrições e exigências impostas pelo capital imobiliário que, articulado a outros setores capitalistas, orienta os investimentos públicos. A crescente submissão da terra urbana ao capital imobiliário combinada ao arrocho salarial e a depauperação dos salários conduziram as famílias submetidas a esta condição a garantir por si mesmas o direito e a necessidade de morar na cidade, constituindo as ocupações irregulares em uma das únicas possibilidades que estas famílias encontraram.

Contudo, a ocupação irregular de forma organizada constitui-se somente na primeira etapa de um longo e exaustivo processo que constitui-se a produção da casa própria. Nesse sentido, ganha espaço a discussão relacionada à teoria do circuito inferior da economia urbana, haja visto que no período atual este circuito tem constantemente revelado seu papel fundamental de provedor de trabalhos à população mais carente da cidade. Não obstante, reafirma-se ao mesmo passo, seu caráter perpetuador da pobreza diante da crescente limitação do Estado em prover empregos e satisfazer as necessidades mínimas de parcela considerável da população brasileira (SILVEIRA, 2004).

REFERÊNCIAS

BASTOS, N. S. M de. A moradia possível: a trajetória das políticas habitacionais no Brasil. **Sociedade e Território**. Natal, v. 15, n. 2, p. 81-106, jul./ dez. 2001.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE LONDRINA – Cohab-Ld. **Situação das favelas, assentamentos e ocupações urbanas de Londrina**. Londrina: Cohab-Ld, 2008.

ELORZA, T. Déficit habitacional é de 5 mil unidades. **Jornal de Londrina**, Geral, Cidades. Londrina, 28/01/2008, p. 6.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MARICATO, E. **Política habitacional no regime militar:** do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis: Vozes, 1987.

MONTENEGRO, M. R. **O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – USP, São Paulo.

POCHMANN, M. **A década dos mitos:** o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

POSTALI, V. B. **Autoconstrução e circuito inferior da economia:** uma análise da produção habitacional em Londrina/PR – estudo de caso dos jardins São Jorge e San Rafael. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEL, Londrina.

RODRIGUES, A. M. A cidade como direito. **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**, Porto Alegre, junho de 2007. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/9porto/arlete.htm> Acesso em 10/08/2009.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

SILVA, L. H. da. **Espaço e trabalho:** uma análise geográfica dos trabalhadores em Londrina. 2007. Monografia (Geografia) – UEL, Londrina.

SILVEIRA, M. L. **São Paulo:** os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, Ana F. A. e OLIVEIRA, A. U. de. (orgs.). **Geografia de São Paulo:** representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

SINGER, P. **O uso do solo urbano na economia capitalista**. In: MARICATO, E. e OLIVEIRA, F. de (org.). **A produção da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986.